

Resenha bibliográfica*

Book review

Pedro Henrique Pedreira Campos**

Reportagem jornalística como fonte de pesquisa em História Econômica: um exemplo e algumas questões

GASPAR, Malu. *A organização: a Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 639 p.

No final de 2020 foi lançado o livro de Malu Gaspar sobre a Odebrecht, com vários documentos e depoimentos da operação Lava Jato usados como fontes, além de uma série de informações colhidas pela autora com agentes da empresa e pessoas envolvidas no processo de judicialização do grupo. A obra traz revelações e dados bastante significativos sobre a história política do país no período recente e constitui notoriamente um esforço de fôlego, acumulando mais de seiscentas páginas de textos nos capítulos do livro, que traça a trajetória da família que dá nome à *holding*, um dos principais grupos da história da economia brasileira.

A leitura da obra suscita uma série de questões que podem ser interessantes para a História Econômica. Pode essa reportagem ser usada como fonte para pesquisas nessa área? Se sim, quais limites e ponderações? Quais são as diferenças de método de trabalho entre o jornalismo econômico e a pesquisa na área de História Econômica e História de Empresas? Pretendemos, ao longo desta resenha, problematizar essas e outras questões, bem como tentar expor e sintetizar as principais contribuições do livro escrito pela jornalista. Acreditamos que é importante dispor de flexibilidade para conhecer outros caminhos do trabalho da pesquisa e respeitar formas distintas de investigação. No caso, trata-se de uma apuração extremamente rigorosa feita

* Submissão: 12/03/2021 | Aprovação: 15/09/2021 | DOI: 10.29182/hehe.v25i2.804

** Professor do Departamento de História (DHist) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), do Programa de Pós-Graduação de História da UFRRJ (PPHR) e no Programa de Economia Política Internacional da UFRJ (Pepi) | ORCID: 0000-0002-9280-3649 | E-mail: phpcampos@yahoo.com.br



por uma profissional muito séria, competente e dedicada. Se há diferenças em relação ao trabalho desenvolvido pelos historiadores econômicos, isso constitui parte da riqueza e diversidade do universo da pesquisa e as duas condutas parecem ser, nos termos indicados pela própria autora, como “complementares”.¹

A vertente de estudos da História de Empresas já acumula um conjunto de reflexões em termos de métodos, marcos teóricos diversos e formas de abordagem das fontes produzidas pelas empresas de modo a se proceder a pesquisa nesse campo. Um conjunto de autores já se debruçou sobre a questão² e não cabe aqui fazer um balanço sobre o assunto, mas ressaltar que os estudos históricos são baseados no contato com as fontes, sejam elas documentais ou orais, devendo sempre ser citadas nos estudos científicos e devidamente referenciadas nos relatórios das pesquisas.

Esse método difere da forma como Malu Gaspar produziu a sua obra. Ela realizou uma extensa investigação na qual acessou fontes documentais da empresa, termos de colaboração com a justiça por parte dos dirigentes da organização, matérias de jornais e de revistas sobre a Odebrecht, além dos depoimentos colhidos pela autora. No entanto, a maior parte dos dados que obteve foi a partir de entrevistas que ela mesma fez, sendo que a maioria possui fonte anônima ou foi obtida em *off*, sem a indicação de quem forneceu a informação. Dessa forma, o livro segue recheado de dados, aspas, falas e revelações não referenciadas. Assim, desconhecemos a origem de uma série de fatos enunciados pela autora. Ela explica, no prólogo, que recorreu à checagem simples, dupla e tripla para determinadas informações. Porém, a fonte permanece sigilosa na maior parte dos casos, podendo ser alvo de sugestão e suspeita pelo leitor a partir de diálogos trazidos nessas situações.

A história das famílias empresariais conta com estudos clássicos no exterior, sendo uma referência a obra de David Landes (2007) sobre algumas das principais famílias do capitalismo global, o que teve uma proposta de estudo semelhante para os maiores troncos familiares da classe dominante brasileira (Campos; Brandão, 2017). Em sua obra, Landes chama a atenção para o fato de que é um equívoco menosprezar as empresas familiares ou colocá-las imediatamente como possuindo uma administração mais amadora do que as

¹ Expressão usada pela autora da obra em lançamento virtual do livro que contou com a participação e os comentários do presente autor. O encontro foi promovido pelo Nupergs no dia 4 de janeiro de 2021 e está disponível no endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=R2-VqxT-BGk&t=206s>>.

² Sobre isso, ver Lobo (1997), Dalla Costa (2017) e Freitas Filho (1989).

empresas de capital pulverizado e administração profissionalizada, dado que alguns dos maiores grupos econômicos do mundo foram e continuam sendo controlados por famílias. Da mesma forma, não podemos ver como uma fragilidade do grupo Odebrecht o fato de ser conduzido pela família que dá nome à empresa. Se o grupo encarou problemas, isso parece guardar pouca ligação com o fato de a família ser a gerente principal dos negócios da *holding* e suas subsidiárias.

O estudo sobre os empresários do setor da indústria da construção e sobre a Odebrecht em particular tem florescido nos últimos anos,³ no compasso da própria emergência econômica e política das principais firmas do setor e também das polêmicas que estas suscitam. A investigação de Malu Gaspar vem somar informações, dados e subsídios para os estudos e o conhecimento sobre o assunto, dado que teve acesso a um conjunto variado de fontes, muitas das quais não trabalhadas pelos estudos acadêmicos. O livro de Malu Gaspar traz um conjunto de detalhes realmente impressionante sobre a trajetória da empresa e sua atuação no exterior. Para quem estuda o tema, trata-se de um material precioso, que obviamente deve estar sujeito a críticas e eventuais desconfiças em relação ao seu conteúdo, mas que no geral soma em muito em relação ao conhecimento acumulado até aqui.

A Odebrecht é um dos maiores grupos econômicos atuantes na história do Brasil. Com trajetória ímpar, mas com certas características que o aproximam de outros conglomerados empresariais brasileiros, a Odebrecht recebeu um provável “golpe de morte” quando estava em seu auge. Nos anos de 2014 e 2015, a empresa sofreu acusações de crimes graves por parte da força-tarefa da operação Lava Jato e a cúpula do grupo foi presa, incluindo o herdeiro Marcelo Odebrecht, que ficou dois anos e meio em regime fechado. Assim, quando a Odebrecht sofreu um profundo abalo, provavelmente irreversível, o grupo acumulava um faturamento anual de R\$ 107,4 bilhões e empregava 168 mil funcionários. Esses números colocavam o conglomerado como um dos maiores complexos empresariais do Brasil e um dos maiores do setor de construção e infraestrutura do mundo.

A obra de Malu Gaspar segue em ordem cronológica, com uma sucessão de capítulos que remontam a certas divisões lógicas e históricas da trajetória do grupo. Assim desde a chegada dos primeiros integrantes da família pomerana Odebrecht ao Brasil, em meados do século XIX, a autora segue

³ Ver Campos (2014), Moura (2020), Honório (2019) e Sabença (2018).

acompanhando o desenvolvimento do tronco familiar, passando pela fundação da construtora Norberto Odebrecht, em 1944, em Salvador, pelo engenheiro pernambucano que lhe dá nome, após o seu pai Emílio ter visto a empresa falir durante a guerra. A empresa não podia ser considerada uma total *outsider*. Emílio Baumgarten, primo de Emílio, pai de Norberto, foi o introdutor do concreto armado no Brasil, nos anos 1920, com as obras do edifício A Noite, dentre outras obras marcantes na trajetória da engenharia brasileira. De qualquer forma, a Odebrecht não participou de um momento decisivo do desenvolvimento da indústria da construção no Brasil. A empresa não esteve envolvida nos maiores empreendimentos do Plano de Metas do governo Kubitschek (1956–1961), como as rodovias construídas no período ou as obras da nova capital federal. A construtora foi, no entanto, beneficiada pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), realizando projetos de infraestrutura e plantas industriais fora do estado de origem, ampliando o raio de ação para um nível regional no período. Com depoimento colhido pela autora, Norberto Odebrecht explica porque ficou de fora dos maiores projetos do período: “Sabe por que não participamos da construção de Brasília? [...] Eu não tinha apoio político.” (Odebrecht *apud* Gaspar, 2020, p. 47).

De acordo com o livro e a argumentação procedida por Gaspar, a situação se reverteu na ditadura. A Odebrecht atuava com a Petrobras desde a formação da estatal, em 1953, dispondo da confiança dos dirigentes da empresa e, principalmente, dos militares que compunham o grupo decisório da petroleira. Essa confiança foi atualizada quando uma figura assumiu a presidência da estatal, que acabou tendo peso significativo no impulso da construtora baiana. Ernesto Geisel se tornou presidente da Petrobrás no governo Médici (1969–1974) e, apesar de alguns desentendimentos e desconfianças iniciais, Norberto Odebrecht conseguiu cativar o general durante as obras do edifício-sede da estatal no Rio de Janeiro, contratadas junto à empreiteira em uma gestão anterior à de Geisel. Os dois desenvolveram uma aproximação e uma amizade, facilitadas pelas origens germânicas comuns e educação luterana que ambos tiveram em suas infâncias. Depois do edifício da petroleira, na Avenida Chile, primeira obra da Odebrecht fora do Nordeste, vieram os contratos fundamentais que modificaram radicalmente o tamanho da empreiteira e reordenaram sua posição no mercado nacional da construção pesada: as obras da nova pista do aeroporto supersônico do Galeão e a usina termonuclear de Angra dos Reis. Segundo o relato de Gaspar, o apoio de Geisel foi

fundamental para que a Odebrecht obtivesse esses dois projetos, ainda durante o período Médici. No caso da obra do aeroporto, por exemplo, a autora traz o relato de que Geisel intercedeu junto ao almirante responsável pela licitação alegando que a Odebrecht estava sendo prejudicada em favor de empreiteiras paulistas por conta da ação da empresa de projetos que supervisionava o processo de concorrência, a também paulista Hidroservice, de Henry Maksoud. Segundo Malu Gaspar, “Com Geisel, Norberto finalmente conseguiu o apoio político que tanto almejava” (Gaspar, 2020, p. 48).

As ligações da Odebrecht com as Forças Armadas não se esgotam na parceria entre Norberto Odebrecht e Ernesto Geisel. A família cultivava um respeito e um cuidado com os militares. Os integrantes homens da família geralmente cumpriam o serviço militar obrigatório, o que foi o caso de Norberto Odebrecht e seu neto, Marcelo. Além disso, várias obras de fôlego foram feitas pela empreiteira às Forças Armadas, e à Marinha em particular, como a base naval da ilha do Mocanguê e o estaleiro para os submarinos convencionais e de propulsão nuclear na baía de Sepetiba. Essa ligação não se restringia às obras que a empreiteira fazia para a força. Logo no começo do livro, sobressai a seguinte informação: “Nas férias, Norberto levava os netos para a ilha de Kieppe, uma faixa de terra no meio da baía de Camumu, região paradisíaca do sul da Bahia, *concedida pela Marinha à família Odebrecht.*” (Gaspar, 2022, p. 32, grifo nosso).

As relações da empresa não passavam apenas pelas Forças Armadas. A obra de Malu Gaspar descortina toda uma inserção dos Odebrecht em vários meios sociais nos quais a empresa aparentemente obteve muito capital político para angariar posições e força para construir o império econômico erigido ao longo das décadas. Assim, o livro traz todo um conjunto de relações e parcerias com boa parte da classe dominante baiana, por exemplo. Tiveram parceria com os Odebrecht as famílias Paes Mendonça, Mariani, Gradin, Calmon de Sá e Magalhães (de Antônio Carlos Magalhães, da TV Bahia, sogro de Cesar Matta Pires, fundador e um dos donos da construtora OAS). Essas interfaces parecem ter sido bastante relevantes na trajetória da empreiteira e das outras empresas do grupo, fornecendo força política para os Odebrecht obterem apoio, facilidades e políticas favoráveis por parte dos governos e agências estatais.

Se a obra tem pontos altos, como as informações inéditas trazidas sobre a trajetória da empresa, a atuação política dos dirigentes da Odebrecht, entre outras questões, ela guarda também algumas fragilidades e aspectos passíveis

de crítica. Assim, a nosso ver, provavelmente por força das fontes principais usadas para a confecção do trabalho, a reportagem recai em uma certa generalização e simplificação em torno da categoria de corrupção. As práticas ilegais, ilícitas, antiéticas e irregulares do grupo são reduzidas ao fenômeno da corrupção, conceito altamente problemático em termos científicos, dada a sua polissemia, mobilização e vastidão da aplicação. Diversos autores indicam o abuso no emprego do termo e apontam a sua limitação em termos analíticos (Bezerra, 2018; Campos, 2019). Dessa forma, a obra – provavelmente influenciada pela abordagem messiânica e reducionista da operação Lava Jato – abrange todos os nexos do grupo econômico com o aparelho de Estado a uma lógica da corrupção e da não separação do público com o privado.

De qualquer forma, referente a esse tema, não deixam de ser curiosas as anotações de Norberto Odebrecht sobre como ele justifica o pagamento de propina. De acordo com o relato de Gaspar, o patriarca da empresa diferenciava a ética da consciência da ética da responsabilidade:

[...] a ética do sujeito que tem uma fatura de 200 milhões de dólares e precisa de dinheiro para poder pagar 3 mil famílias. Esse empresário depara com um funcionário público que diz: “Se você deixar 10% comigo, eu te dou o resto”. A ética da consciência diz: não dê. Mas a da responsabilidade diz: dê. Eu olhava pela janela do canteiro e decidia dar. (Odebrecht *apud* Gaspar, 2020, p. 52)

Outro aspecto da obra, menos curioso para quem estuda o grupo econômico, sua trajetória e razões do êxito e do fracasso, diz respeito à marca que se tentou imprimir ao livro e estratégia de divulgação e venda. Boa parte do trabalho gira em torno de uma polarização entre as figuras de Emílio Odebrecht e seu filho, Marcelo. Ambos tinham uma rivalidade dentro da empresa e tiveram uma relação que se esgarçou no compasso da desagregação do grupo econômico e das investigações da força-tarefa de Curitiba. A novelização da relação entre ambos parece um elemento menos interessante da obra para o leitor curioso por entender questões como a relação capital-Estado e aspectos da história econômica brasileira, mas podem ser atraentes para outros leitores.

Se há muitos elementos presentes na obra, questões como a relação com os trabalhadores, a situação de vida e trabalho dos operários, os acidentes nas obras conduzidas pela Odebrecht são aspectos quase totalmente ausentes da investigação. A deterioração das relações entre pai e filho é enfocada na parte final do livro, mas o processo de desemprego maciço de dezenas de milhares

de pessoas por conta da forma irresponsável como se combateu corrupção na Odebrecht e outras empreiteiras e firmas brasileiras, com a desagregação de cadeias produtivas completas e danos econômicos gravíssimos para o país, não é trabalhada na obra. Questionada acerca dos impactos econômicos da Lava Jato, a autora assume o discurso da força-tarefa e culpa a “corrupção” das empresas pela depressão econômica causada pela ação judicial nas atividades da indústria da construção e do setor de infraestrutura.

Se a obra parece menos interessante quando trata da corrupção e da relação entre os integrantes da dinastia, ela cresce quando são trazidos dados acerca da atuação internacional da empreiteira e todas as atividades que ela desenvolvia fora do país. Os relatos e as informações trazidas atestam certas reflexões acerca das ordenações geopolíticas do mercado internacional de obras de infraestrutura, no qual a concorrência entre empreiteiras de diferentes nacionalidades em torno de grandes projetos não raro transborda para uma disputa interestatal de nível global. Assim, alguns casos de obras ganhas e perdidas pela Odebrecht são reveladoras das conformidades específicas desse mercado, altamente promissor por conta das divisas geradas e amplas cadeias produtivas domésticas formadas a partir de uma demanda colocada no exterior.⁴

Um exemplo é a hidrelétrica Colbún-Machicura, iniciada pela Odebrecht no Chile em finais dos anos 1970. A obra foi obtida pela empreiteira em parceria com a Engesa e constituía a maior obra de engenharia do governo Pinochet. As empresas brasileiras tiveram chance por conta do bloqueio promovido pelos países centrais à atuação das suas empresas no Chile, dadas as denúncias de graves violações dos direitos humanos feitas contra a ditadura estabelecida com o golpe de 1973. No entanto, por motivo similar, a construtora brasileira perdeu a obra. Quando o governo Pinochet foi readmitido em nível internacional e teve suas relações e encomendas normalizadas, já no governo Reagan, a empreiteira perdeu a obra em favor de firmas norte-americanas, em acordo que parece ter selado a retomada de relações cordiais entre Chile e Estados Unidos.

Norberto Odebrecht afirmava dar preferência a atuar em países que constituíam a “base geopolítica brasileira”, já que “[em] locais como a Líbia, Emirados Árabes ou Estados Unidos, o governo não está interessado na sua nacionalidade. Só quer saber se você faz as obras e por quanto. Sempre que

⁴ Quem analisou muito bem esse processo foi Ferraz Filho (1981).

nos aventuramos por locais assim, deu errado. O que funcionava era apostar em países onde o fato de ser brasileiro faz diferença” (Odebrecht *apud* Gaspar, 2020, p. 72). Assim, a empreiteira cresceu de maneira intensa no exterior desde 1979, atuando em numerosos mercados, mas principalmente com obras em países como Angola, Venezuela e Peru. A empresa defendia também o fortalecimento do Estado e das suas ações externas. De acordo com Fernando Henrique Cardoso, Emílio Odebrecht costumava dizer nas frequentes reuniões que tinha com ele: “Não existe empresa forte em país fraco” (Cardoso *apud* Gaspar, 2020, p. 124–125).

A intensa atuação no exterior incluía doleiros, lobistas e especialistas na obtenção de crédito do Banco do Brasil e do BNDES para as suas atividades no exterior. Mesmo o Itamaraty estava no radar da Odebrecht. A empreiteira tinha intensa atuação junto às embaixadas, consulados e corpo diplomático no exterior, além de financiar publicações, atividades e organismos dedicados aos temas das Relações Internacionais e da política externa brasileira. No livro há a informação de que o embaixador Roberto Abdenur, que atuou como embaixador em Quito e defendeu a empreiteira, estava na lista de pessoas que recebiam dinheiro do Departamento de Operações Estruturadas, que, segundo Gaspar, era o “QG da propina” da empreiteira. A defesa da construtora no exterior por parte do Ministério de Relações Exteriores em certas crises era tão notória que o jornalista Elio Gaspari acusou uma “privatização do Itamaraty” em uma de suas colunas na imprensa.

O livro parece bastante interessante para quem quer conhecer a atuação da Odebrecht ante o aparelho de Estado e as agências estatais, além das relações dos integrantes da empresa com os membros da casta política em Brasília. A empreiteira costumava escalar dirigentes específicos para lidar com agentes de diferentes siglas partidárias. Assim, Emílio Odebrecht e Alexandrino Alencar tinham uma boa entrada com Lula e o PT. Por outro lado, Marcelo Odebrecht e Pedro Novis tinham boas relações com Aécio Neves e a cúpula do PSDB. A relação de Emílio Odebrecht com Lula é contada desde as origens do processo, em uma amizade que remonta a meados da década de 1980, quando Lula, apresentado a Emílio por Mário Covas, ajudou o empreiteiro a encerrar uma greve no polo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Desde então, ambos mantiveram encontros periódicos e uma relação amistosa. Segundo Emílio, quem também recomendara aprofundar laços com Lula foi Golbery do Couto e Silva, que dizia: “Lula não tem nada de esquerda, é um bom *vivant*.” (Silva *apud* Gaspar, 2020, p. 107).

As conhecidas práticas típicas de cartel mantidas no mercado de obras públicas são confirmadas por relatos e testemunhos trazidos no trabalho. Assim, Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia e presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi), é trazido entre aspas em uma reunião de empreiteiros, na qual afirma: “Vamos nos reunir e decidir quem fica com o quê.” (Pessoa *apud* Gaspar, 2020, p. 179). Essas informações foram trazidas pelo empreiteiro em seu termo de delação na justiça e não foram confrontadas pelos outros empresários, sendo basicamente confirmado o entendimento de que no setor prevalecem os acordos prévios em relação a concorrências, preços, subcontratação e lances nas licitações, havendo obviamente os momentos de tensão, disputa franca e conflitos abertos entre as construtoras.

Por fim, a obra traz dados interessantes sobre quem deseja estudar a operação Lava Jato e suas polêmicas. A autora narra e problematiza a forma como os integrantes do sistema de justiça foram excluídos dos agentes acusados no processo investigatório, apesar de haver suspeitas e indícios de extensa lista de juizes, procuradores e outros atores que recebiam propinas e pagamentos por serviços prestados às empresas. Muitas vezes esses pagamentos eram camuflados na forma de consultoria junto a escritórios de advocacia e práticas do tipo, de modo que eram mais difíceis de rastrear, havendo também aparentemente uma menor propensão da força-tarefa em apurar e levantar os integrantes da sua corporação que se beneficiavam das ações pró-empresarias.

Mas as polêmicas são muitas e os direcionamentos políticos aparecem nas negociações da Odebrecht e das outras empreiteiras com o conjunto de procuradores de Curitiba responsáveis pelos trabalhos da operação. Assim, após várias reuniões mantidas entre a cúpula da *holding* com os integrantes da força-tarefa, havia uma enorme dificuldade dos promotores de aceitarem os termos propostos pela empresa para realização da colaboração. Porém, em uma sessão, o representante da empreiteira apresentou os termos adequados: “Temos o sítio do Lula, propina para três presidentes da República, senadores, governadores, deputados... e se eu disser para vocês que mesmo depois da prisão do Marcelo a gente estava pagando propina para o presidente da Petrobras?” (*apud* Gaspar, 2020, p. 429). A partir de então, as portas se abriram no MPF e a Odebrecht conseguiu encaminhar o seu termo de leniência.

Além disso, como se sabe, o acordo feito pela empreiteira com o Ministério Público brasileiro teve extensas implicações internacionais. Nas duras negociações para fechar a colaboração, travou-se o seguinte diálogo entre um advogado da empresa e um procurador: “Por que vocês precisam

disso? Não é atribuição de vocês. Vocês não podem processar o presidente de Angola, por exemplo”. A resposta foi a seguinte: “Não podemos, mas podemos enviar os dados por colaboração. Corrupção transnacional é crime no Brasil, e nós temos deveres ante à OCDE.” (apud Gaspar, 2020, p. 431). A interlocução reforça a tese das conexões internacionais da Lava Jato, comprovadas pelas revelações da Vaza Jato (Duarte, 2020).

Dessa forma, o livro de Malu Gaspar constitui um material extremamente interessante para quem deseja estudar a história econômica brasileira recente, a dinâmica da política brasileira, a relação do empresariado com o Estado, o funcionamento e o desenrolar do setor de infraestrutura, além da história de empresas em nosso país, com o estudo de caso a respeito da empreiteira Odebrecht. A reportagem extremamente sofisticada procedida pela jornalista se baseia em métodos distintos dos aplicados pelo historiador econômico, mas, ao mesmo tempo, mostra-se complementar ao trabalho dos pesquisadores da História de Empresas e também acaba por produzir um conjunto significativo e precioso de fontes e informações para os estudiosos desse ramo do conhecimento. Assim, as obras do jornalismo econômico figuram enquanto uma interessante fonte de pesquisas para os investigadores da História Econômica e da História de Empresas, sendo o livro de Malu Gaspar um bom exemplar de um trabalho refinado do ramo, constituindo-se de fato como um convite à leitura e ao estudo.

Referências

BEZERRA, M. O. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

CAMPOS, P. H. P. Ditadura, interesses empresariais, fundo público e “corrupção”: o caso da atuação das empreiteiras na obra da hidrelétrica de Tucuruí. *Projeto História* (PUC-SP). São Paulo, v. 42, p. 135-153, 2019.

CAMPOS, P. H. P. *“Estranhas Catedrais”*: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. da M. (Org.). *Os donos do capital: a trajetória das principais famílias do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

DALLA COSTA, A. J. História de empresas no Brasil: entre os desafios teóricos e os estudos de caso. In: SAES, A. M.; RIBEIRO, M. A. R.; SAES, F. A. M. de (Org.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, p. 521-558, 2017.

DUARTE, L. *Váza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

FERRAZ FILHO, G. T. *A transnacionalização da grande engenharia brasileira*. Unicamp, 1981. Dissertação (Mestrado em Economia da Unicamp).

FREITAS FILHO, A. P. História econômica e história de empresa: algumas reflexões metodológicas. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 168-177, 1989.

GASPAR, M. *A organização: a Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HONÓRIO, K. dos S. *A política das obras e as obras da política: um estudo sobre as relações bilaterais Brasil-Bolívia e Brasil-Ecuador na dimensão da infraestrutura nos governos Lula da Silva (2003-2010)*. PUC-SP, 2019. Tese (Doutorado em Relações Internacionais da PUC-SP).

LANDES, D. S. *Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LOBO, E. M. L. História empresarial. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, p. 217-239, 1997.

MOURA, P. G. *A internacionalização da construtora Norberto Odebrecht: desenvolvimento e integração latino-americana*. USP, 2020. Dissertação (Mestrado em História Econômica da USP).

SABENÇA, M. R. *As grandes construtoras e a política econômica nos governos Lula e Dilma*. Unicamp, 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política da Unicamp).